



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS
GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO A, 9º ANDAR SALA 901, CEP: 70054-906 FONE - 2025 7119

OFÍCIO n. 00262/2022/GAB/CONJUR-MDH/CGU/AGU

Brasília, 16 de março de 2022.

Ao Senhor

MÁRCIO VERSIANI PENNA

Advogado da União

Divisão de Apoio Administrativo (PRUIR/CORESP/DIVAP)

Procuradoria-Regional da União da 1ª Região

NUP: 90790.000209/2022-21 (REF. 00410.017803/2022-95)

INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA E OUTROS

ASSUNTOS: CONSELHO DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Senhor(a) Advogado(a) da União,

1. Em atenção ao OFÍCIO n. 02416/2022/CORESPAP/PRUIR/PGU/AGU, oriundo da PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 1ª REGIÃO, por meio do qual solicita documentação/informação específica requisitada pelo Judiciário na decisão judicial proferida no PROCESSO 1003753-93.2022.4.01.3400, informo o que segue.
2. Por intermédio da COTA n. 00302/2022/GAB/CONJUR-MDH/CGU/AGU, os autos foram encaminhados à Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para ciência e providências necessárias.
3. Em resposta, a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente encaminhou o OFÍCIO Nº 1465/2022/GAB.SNDCA/SNDCA/MMFDH, conforme consignado abaixo:

Assunto: Cumprimento Provisório de Sentença. Ação Civil Pública n.º 0033787-88.2010.4.01.3400. Nulidade dos artigos 12 e 13 da Resolução CONANDA n.º 137/2010.

A par de apresentá-los meus melhores cumprimentos, reporto-me à Cota n.º 00302 ([2801564](#)) da douda Consultoria Jurídica (CONJUR) que encaminhou o Ofício n.º 02416, oriundo da Procuradoria Regional da União da 1ª Região, por meio do qual solicita documentação/informação específica requisitada pelo Poder Judiciário na decisão judicial abaixo, proferida no bojo do Processo n.º 1003753-93.2022.4.01.3400:

Intime-se a União para, em face do art. 536 do Código de Processo Civil, demonstre o cumprimento da obrigação de fazer, nos termos da decisão judicial, no prazo máximo de trinta dias. Como medidas de apoio (art. 536, § 1º, CPC) fica a parte cientificada que o descumprimento ensejará multa diária a ser fixada posteriormente, caso configurada a desobediência à ordem judicial. Decorrido o prazo de cumprimento, intime-se o MPF sobre a satisfação de seus direitos, cientes de que, em

caso de inércia, será considerada anuência tácita ao adimplemento da obrigação, devendo os autos vir conclusos para sentença extintiva.

A supracitada decisão foi dada em razão do pedido do Ministério Público Federal (MPF) (Páginas 04 a 12 do Documento [2801553](#)), em sede de Cumprimento Provisório da sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública n.º 0033787-88.2010.4.01.3400 (Páginas 664 a 670 do Documento [2801553](#)), nos seguintes termos:

“Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar a nulidade dos artigos 12 e 13 da Resolução CONANDA n.º 137/2010 e determinar que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente se abstenha de disciplinar a Distribuição de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do adolescente por meio de captação direta de recursos por particulares ou por meio de doações vinculadas até que sobrevenha permissão veiculada em lei formal, mantendo, contudo, todos os atos praticados por aquele Conselho que tenha por fundamento a mencionada Resolução até a presente data. Diante desse desate e considerando a possibilidade de prejuízo aos cofres públicos e ao sistema de proteção aos direitos da criança e do adolescente, REVOGO a decisão de fls. 401/403 e DEFIRO EM PARTE o pedido de liminar, para determinar a suspensão imediata da eficácia dos artigos 12 e 13 da resolução CONANDA n.º 137/2010, ressalvados os projetos em andamento, nos termos desta sentença.”

Vale dizer que o decisor foi confirmado por Acórdão proferido pela Quinta Turma do TRF1 (Páginas 914 a 915 do Documento [2801553](#)):

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA. FUNDOS NACIONAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO. GESTÃO DE RECURSOS. DELEGAÇÃO A PARTICULARES POR MEIO DE ATO INFRALEGAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. I - Nos termos do §2º do art. 260 da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), alterado pela Lei n.º 13.257 / 2016 delegou-se competência aos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, apenas, para fins de limitação dos critérios de utilização dos recursos vertidos aos respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, nada dispondo sobre a eventual extensão dessa delegação, para fins de captação dos recursos, nem tampouco, sobre a possibilidade de facultar-se aos colaboradores ou doadores uma indicação da destinação de sua preferência para os recursos doados. I - Na hipótese dos autos, a delegação de competência a particulares, quanto à gestão da indicação da destinação dos recursos captados pelos fundos, a que se reportam as arts. 12 e 13 da Resolução CONANDA Nº 137/2010, afigura-se flagrantemente abusiva, por violação ao princípio da legalidade. V – Apelação e remessa oficial desprovidas. Sentença confirmada.”

Ressalta-se, ainda, que a União interpôs Recurso Especial sem, contudo, formular pedido de efeito suspensivo (Páginas 921 a 940 do Documento [2801553](#)), o que, em primeira análise, autoriza o cumprimento provisório da sentença. Assim, após pedido do Ministério Público Federal (MPF), a 21ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal intimou a União para, “*em face do art. 536 do Código de Processo Civil, demonstre o cumprimento da obrigação de fazer, nos termos da decisão judicial (...)*” (Página 19561 do Documento [2801553](#)).

Nesse sentido, em atenção ao Despacho n.º 40 ([2821587](#)), informamos que a Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de amplamente disponibilizar a informação no sítio eletrônico do Conselho <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/conanda>> (Página 1 do Documento SEI [2823630](#)), expediu ofícios comunicando sobre a decisão judicial, conforme verifica-se:

Ofício n.º 43, ao Presidente do CONANDA: Página 3 do Documento SEI [2823630](#);

Ofício n.º 44, ao Coordenador da Comissão de Orçamento e Finanças do CONANDA: Página 5 do Documento SEI [2823630](#);

Ofício n.º 45, à Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar: Página 7 do Documento SEI [2823630](#); e

Ofício-Circular n.º 7 do Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente direcionado aos Conselheiros do referido Colegiado: Página 12 do Documento SEI [2823630](#).

4. Ademais, informo que os documentos supracitados foram anexados nas sequências 15 a 17 deste NUP.

Atenciosamente,

Danuta Rafaela Nogueira de Souza Calazans
Procuradora Federal
Coordenadora-Geral de Assuntos Internacionais e Judiciais

Documento assinado eletronicamente por DANUTA RAFAELA NOGUEIRA DE SOUZA CALAZANS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 844270188 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANUTA RAFAELA NOGUEIRA DE SOUZA CALAZANS. Data e Hora: 16-03-2022 18:28. Número de Série: 13431104. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.
